

4468

Trilogia do Amazonas

Floresta, índios e minérios

O deputado Artur Virgílio Neto (PMDB-AM), vice-líder que tem se destacado na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, fala das mudanças da Amazônia e do empenho do novo governo nas mudanças que devem se realizar na região, fala ainda da importância da convocação da Assembleia Nacional Constituinte e defende a legalização para os comunistas em entrevista exclusiva ao repórter Nilson Miranda.

JBr — O que significa para a Amazônia o governo da Nova República?

Artur Virgílio — A possibilidade de se retomar o princípio da Soberania Nacional, limitando e contendo o papel e o poder decisório das empresas transnacionais. Nova República, para os amazônidas, tem cheiro de desenvolvimento econômico com forte conotação social, dentro do respeito à trilogia proposta pela Universidade do Amazonas: Floresta, Índios e Minérios.

Nova República, para nós, é seguir a vocação natural da Amazônia: viver da floresta, viver dos rios, explorar os minérios, com o cuidado de impedir que desabe o desastre ecológico ou sobrevenha a

*"Retornar o princípio de soberania nacional e seguir a vocação natural da Amazônia: viver da floresta, dos rios e explorar os minérios".*

apropriação de riquezas acima e abaixo do subsolo por poderosos grupos atados a interesses antipopulares e ou antinacionais.

Nova República, para nós, é o desempenho de uma racionalidade econômica que nasça longe de Wall Street e dos centros industriais da trilateral, que nasça nas observações da comunidade científica local, nas lutas e nos anseios dos operários urbanos, dos trabalhadores rurais, dos ribeirinhos, dos índios, dos empresários tradicionalmente ligados à sorte da região, dos políticos de compromisso democrático e redistributivo.

JBr — Que espera o senhor de mudanças fundamentais para o Norte do País, mais concretamente para a Região Amazônica?

Artur Virgílio — Acabamos de viver dois Simpósios de resultados concretos e efetivos na Amazônia, ambos voltados para a perspectiva de contribuir para a formulação do programa do presidente Tancredo Neves.

O Seminário de Belém em novembro, do qual fui um dos coordenadores, ao lado do meu colega paraense Coutinho Jorge, foi, inclusive citado pelo doutor Tancredo Neves, em sua primeira coletiva à imprensa depois de eleito, como norte de sua visão para a área.

O de Manaus, mais recente, reforça as linhas básicas das decisões de Belém e aprofunda as teses mais específicas da Amazônia Ocidental.

O que reivindicamos?

Em poucas palavras, criação de uma coordenação para a Amazônia, a nível de ministério, permanente ou extraordinário, ou de secretaria especial ligada diretamente à presidência da República; moralização, agilização e reformulação dos órgãos de desenvolvimento ligados à Amazônia: Sudam, Basa, Sudhevea, Polamazônia, etc.; aplicação rigorosa do Estatuto da Terra, como iniciação a um processo

irreversível de reforma agrária: extinção do Gebam e do Getat, que assumiram caráter policial e inoperante quanto a questão fundiária; reformulação do sistema de concessões de incentivos fiscais, com ênfase para as soluções descentralizadoras da riqueza e da terra; reexame dos grandes projetos para a área, buscando adequá-las à realidade da Nova República; estudo da questão urbana (habitação, moradia, emprego, saneamento, transporte, etc.), dentro da ótica sensível e democrática.

O doutor Tancredo conhece a realidade da região e, mais do que isso, tem sabido prestigiar as iniciativas que temos gerado. Isso me leva a crer que a Nova República, além de ser basicamente nacional, não será tampouco meramente Centro-Sulista.

JBr — A Zona Franca de Manaus deve continuar com sua atual estrutura ou, no novo governo, deverá haver mudança de orientação?

Artur Virgílio — Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o Decreto-Lei 288/67, que criou a Zona Franca de Manaus, vem sofrendo segundas mutilações, deformações e castrações praticamente impedindo o desenvolvimento e a consecução dos objetivos da Zona Franca. Portanto, o Amazonas começa postulando a devolução plena das prerrogativas do Decreto — Lei 288.

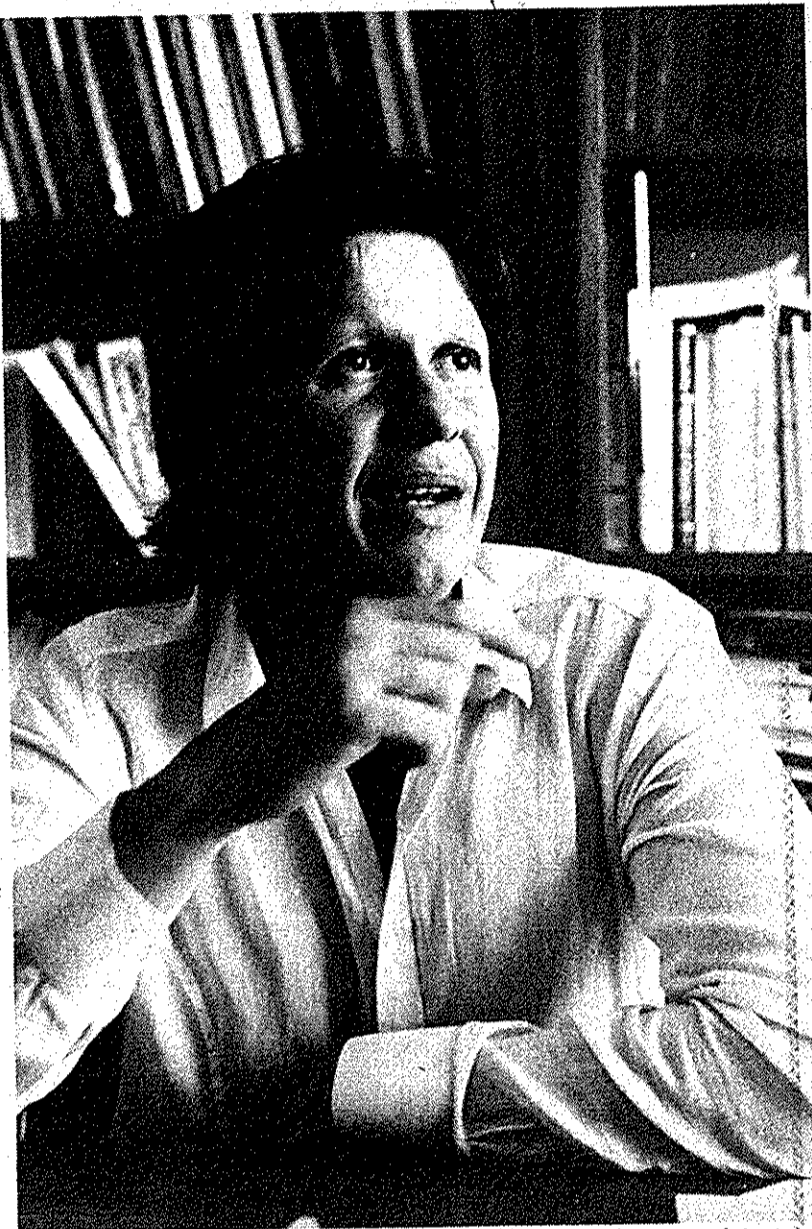
Desmembrar a Sudam em duas: uma para cuidar especificamente da Amazônia Oriental, e a outra para

*"Mais determinação na política externa em defesa da autodeterminação dos povos e não ingerência em seus assuntos internos".*

olhar pelos problemas da Amazônia Ocidental. O objetivo é claro: descentralizar as decisões, estudar mais detidamente cada uma das duas realidades e demarcar com nitidez cada um dos dois campos de interesse.

JBr — O que o senhor considera necessário mudar na política externa do novo governo?

Artur Virgílio — Em linhas gerais, a política externa ligando Azeredo da Silveira a Ramiro Saraiva Guerreiro é boa. Não se trataria, portanto, propriamente de mudá-la, porém, de aperfeiçoá-la e aprofundá-la. Por exemplo: a) O Brasil precisa superar a posição de mero observador no concerto dos Não-Alinhados, buscando assumir liderança legítima e natural a partir de suas capacidades; b) O Brasil deve abrir crescentemente para a África; c) O Brasil deve buscar, superando sua vertente anticomunista, acima da visão economicista e baseado, sobretudo, no conjunto dos interesses nacionais, o reatamento com Cuba; d) O Brasil deve ser mais claro na defesa dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, respaldando de modo efetivo as gestões do grupo Contadora e condenando qualquer pronunciamento norte-americano sobre a Nicarágua, El Salvador, etc.; e) O Brasil deve buscar o diálogo com as forças



Artur Virgílio: "Uma Nova República que siga a vocação natural da Amazônia"

democráticas do Chile e de todo o subcontinente latino-americano; f) o Brasil deve priorizar a participação do Itamaraty, no que diz respeito também às negociações sobre a dívida externa; a outra esperança é que também, na Nova República, haja um aumento da participação do Congresso no terreno da política externa.

JBr — Quais os pré-requisitos básicos para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte?

Artur Virgílio — A liberdade de participação reconhecida a todos os segmentos do pensamento brasileiro, a começar pelos partidos comunistas, hoje na ilegalidade; a consulta exaustiva ao conjunto da Nação, através da televisão, do rádio, dos jornais, dos comícios, dos debates, envolvendo a massa e as entidades que a representam, o povo e os políticos, o País e sua imagem mais autêntica; eclodir de fase pré-constituinte, de preparação legal para o grande momento, com a extinção imediata da atual Lei de Segurança Nacional, a democratização da lei de greve, a destruição de todos os ranços, peias e grilhões do autoritarismo que o 15 de março expressa historicamente; a reforma partidária livre e ampla; o voto do analfabeto; a contenção do poder econômico com vistas ao pleito que escolheu que escolherá os constituintes de 1986.

JBr — Como o senhor sintetizaria as mudanças essenciais no novo governo e em que essas mudanças beneficiariam o nosso povo?

Artur Virgílio — O medo já está desaparecendo. Os profissionais da coação perdem espaço e se recolhem ao mundo obscuro da nostalgia ditatorial. Isso, por si só, representa mudanças extraordinariamente importantes. Vai mudar mais o quê? Ora, com o fim da ditadura, as for-

ças que compõem a sociedade brasileira se vão chocar de maneira mais leal, mais igual. Os grandes beneficiários, sob esse aspecto, são os trabalhadores.

Agora, o simples exercício das liberdades democráticas faz com que os trabalhadores não aceitem mais recessões, mais arrocho, mais sacrifícios em nome do bem-estar das minorias.

A hora, porém, é a um só tempo de reconstrução nacional e de reaprendizagem do espírito democrático.

JBr — A disputa pelas Mesas da Câmara e do Senado, como pelas lideranças e a disputa entre nomes ministeriais, significa já uma divisão da Aliança Democrática e, internamente do próprio PMDB?

Artur Virgílio — Não creio em divisões irremediáveis no quadro da Aliança Democrática. A disputa visando às Mesas da Câmara e do Senado foi legítima; a luta pela liderança do PMDB na Câmara foi natural e enriquecedora do processo; a aspiração de tantos nomes ilustres ao ministério, também. A situação que vivemos é de efervescência democrática e não de silêncio ditatorial. Sou favorável a que se mantenha o acordo gerador da Aliança Democrática, para que Tancredo governe com ampla sustentação parlamentar e conduza vitoriosamente o Brasil na transição para a democracia.

O PMDB, tendo sido frente de resistência ao regime, precisa agora virar partido com ideologia e políticas concretas. Nada mais natural do que as disputas. Quem ganha com o debate de alto nível é o próprio PMDB, que rejuvenesce, que se revitaliza, que se sacode, desperta e atualiza.

Nilson Miranda